



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
de 19 / 3 / 2003
Rubrica [Assinatura]

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 13052.000144/2001-91

Recurso nº : 122.065

Acórdão nº : 201-76.826

Recorrente : ARNO MÜLER COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA.

Recorrida : DRJ em Santa Maria - RS

PIS. RESTITUIÇÃO. DECADÊNCIA. PRAZO.

A decadência do direito de pleitear a compensação/restituição é de 5 (cinco) anos tendo como termo inicial, na hipótese dos autos, a data da publicação da Resolução do Senado Federal, que retira a eficácia da lei declarada constitucional.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ARNO MÜLER COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em negar provimento ao recurso.** Vencido o Conselheiro Rogério Gustavo Dreyer.

Sala das Sessões, em 19 de março de 2003.

Josefa Maria Coelho Marques

Josefa Maria Coelho Marques

Presidente e Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Antonio Mario de Abreu Pinto, Serafim Fernandes Corrêa, Roberto Velloso(Suplente), Antônio Carlos Atulim (Suplente) e Sérgio Gomes Velloso.



Processo nº : 13052.000144/2001-91
Recurso nº : 122.065
Acórdão nº : 201-76.826

Recorrente : ARNO MÜLER COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA.

RELATÓRIO

Trata o presente processo de pedido de restituição/compensação protocolizado em 28/03/2001 (fl. 01), relativo à contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) que a interessada alega ter recolhido a maior que o devido, referente aos períodos de apuração outubro/95 a fevereiro/96.

A Delegacia da Receita Federal em Santa Cruz do Sul - RS, por meio da Decisão de fls. 77/79, indeferiu o pedido de restituição considerando estar abrangido pela decadência.

Tempestivamente, a empresa apresentou manifestação de inconformidade contra a decisão, às fls. 83/84, alegando, em síntese, que o art. 168 do CTN, utilizado como base para o indeferimento de seu pedido, foi considerado um artigo inteligente daquele Código. Refere a Acórdãos do Conselho de Contribuintes, apontando consenso daquela casa no sentido de que o prazo para pleitear a restituição ou compensação de tributos pagos indevidamente é sempre de cinco (05) anos, distinguindo-se o inicio de sua contagem em razão da forma como se exterioriza o indébito. Aduz, ainda, que havendo iniciativa unilateral do sujeito passivo, calcado em situação fática não litigiosa, o prazo para pleitear-se a restituição ou a compensação tem início a partir da data do pagamento que se considera indevido (extinção do crédito tributário). Mas, se o indébito resulta de solução jurídica conflituosa, o prazo tem início com a decisão definitiva da controvérsia, como acontece nas soluções jurídicas ordenadas com eficácia *erga omnes*, pela edição de resolução do Senado Federal, que expurga do sistema a norma declarada *inconstitucional*, ou na situação em que é editada Medida Provisória ou mesmo ato administrativo para reconhecer a impertinência da exação anteriormente exigida. Finaliza referindo a acórdãos do Conselho de Contribuintes, dizendo estar claro que o crédito pleiteado está dentro do prazo legal, requerendo a impugnação do Despacho Decisório, bem como o reconhecimento do crédito total pleiteado, a ser restituído.

A autoridade julgadora de primeira instância administrativa, através do Acórdão DRJ/STM nº 957, de 2002 (fls. 88/94) indeferiu a manifestação de inconformidade contra o indeferimento do pedido de compensação do PIS, resumindo seu entendimento nos termos da ementa de fl. 88, que se transcreve:

"Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Período de apuração: 01/10/1995 a 29/02/1996

Ementa: DECISÕES ADMINISTRATIVAS. EFEITOS.

As decisões proferidas por Conselhos de Contribuintes não se constituem em normas gerais, razão pela qual seus julgados não aproveitam em relação a qualquer outra ocorrência, senão aquela objeto da decisão.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 01/10/1995 a 29/02/1996

Ementa: PIS. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. DIREITO. EXTINÇÃO.

fol



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 13052.000144/2001-91
Recurso nº : 122.065
Acórdão nº : 201-76.826

Extingue-se em 5 (cinco) anos, contados da data da extinção do crédito tributário, o prazo para a repetição de indébito relativa a tributo ou contribuição pago com base em lei posteriormente declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal-STF.

PIS. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. PAGAMENTOS. COMPROVAÇÃO.

Resta imprópria a restituição da contribuição para o PIS, quando não comprovada a existência de pagamentos indevidos ou maior.

PIS. BASE DE CÁLCULO. PRAZO DE RECOLHIMENTO.

No período de outubro de 1995 a fevereiro de 1996, a contribuição para o PIS estava sujeita a uma alíquota de 0,75%, incidente sobre a receita bruta, na forma disciplinada pela Lei Complementar nº 07, de 1970, com suas alterações posteriores.

Solicitação Indeferida".

Intimada da decisão, a recorrente apresentou tempestivamente recurso voluntário (fls. 97/98) a este Conselho de Contribuintes, repisando os pontos expostos na peça impugnatória.

É o relatório.





Processo nº : 13052.000144/2001-91
Recurso nº : 122.065
Acórdão nº : 201-76.826

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES

O recurso é tempestivo e dele conheço.

Trata-se exclusivamente da discussão sobre o prazo decadencial para pleitear repetição/compensação de indébito.

No caso concreto, uma vez tratar-se de declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, ambos de 1988, foi editada a Resolução do Senado Federal de nº 49, de 09/09/1995, retirando a eficácia das aludidas normas legais que foram acoimadas de inconstitucionalidade pelo STF em controle difuso. Assim, havendo manifestação senatorial, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, é a partir da publicação da aludida Resolução que o entendimento da Egrégia Corte produz efeitos *erga omnes*.

Assim, o direito subjetivo do contribuinte, de postular a repetição de indébito pago com arrimo em norma declarada inconstitucional, nasceu a partir da publicação da Resolução nº 49, o que ocorreu em 10/10/1995. Não discrepa tal entendimento do disposto no item 27 do Parecer Cosit nº 58, de 27 de outubro de 1998. E, conforme já do conhecimento desta Câmara, o prazo para tal flui ao longo de cinco anos.

Destarte, tendo o contribuinte ingressado com seu pedido em 28/03/2001, concluo que deve ser indeferido o pedido da interessada de restituição e compensação de valores que considerou recolhidos indevidamente, em vista do transcurso do prazo decadencial de 5 (cinco) anos contados da data da publicação da Resolução nº 49, de 10/10/1995.

Sala das Sessões, em 19 de março de 2003.

Josefa Maria Coelho Marques.
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES